

Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito da Regulação Plano de Ensino

- **Disciplina:** Normas Tributárias Indutoras e Regulação Econômica
- **Curso:** Doutorado
- **Tipo Disciplina:** Eletiva específica
- **Carga Horária:** 45h (3 créditos)

- **Ementa:**

Funções da tributação. Caráter fiscal X extrafiscal dos tributos. Política fiscal brasileira e regulação da atividade econômica. Formas e instrumentos de intervenção. Benefícios fiscais para indução de comportamentos. Remuneração de serviços públicos: taxas X tarifas. Tributação e concorrência. Estudos de casos envolvendo tributos regulatórios da atividade econômica: Imposto de Importação (II), Imposto de Exportação (IE), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE). Tributação ambiental. Breve panorama da tributação de setores regulados: setor elétrico, telecomunicações, petróleo.

- **Objetivos:**

A disciplina terá como objetivos:

- I. discutir o papel da tributação enquanto instrumento a atividade econômica no Brasil;
- II. debater e estimular pesquisas empíricas sobre a utilização de certos tributos para a regulação econômica;
- III. estudar os principais problemas envolvendo a tributação de setores regulados. O sistema tributário brasileiro dispõe de tributos que podem ser utilizados com funções extrafiscais, dentre as quais a regulação de setores da economia tais como indústria, mercado financeiro e câmbio, comércio exterior, etc. Muito pouco se tem estudado acerca dos limites e requisitos desta utilização, bem como sobre suas consequências e impactos na economia.

A disciplina se propõe a, em um primeiro momento, realizar discussões em torno dos limites da utilização da tributação como meio de regulação da economia estudando teoricamente a norma tributária indutora. Na segunda parte, procederemos a uma análise de casos de intervenção envolvendo os mais variados tributos: intervenção na indústria automobilística pelo IPI, Intervenção na política de crédito, câmbio e mercado financeiro pelo IOF, as contribuições de intervenção no domínio econômico, tributação ambiental, dentre outros.

- **Temas e Bibliografia:**

Apresentação: programa, bibliografia, metodologia de trabalho e de avaliação, distribuição e organização de seminários.

Introdução à disciplina.

Normas tributárias indutoras e intervenção econômica

Bibliografia obrigatória:

SCHOUERI, Luís Eduardo. Normas tributárias indutoras e intervenção econômica. Rio de Janeiro: Forense, 2005, Introdução.

Limites da utilização de normas tributárias indutoras para regulação da economia

Bibliografia obrigatória:

SCHOUERI, Luís Eduardo. Normas tributárias indutoras e intervenção econômica. Rio de Janeiro: Forense, 2005, pp. 41-86.

A Tributação a partir da Economia

Bibliografia obrigatória:

KAPLOW, Louis. The Theory of Taxation and Public Economics. Princeton University Press, 2011.

POSNER, Richard A. Economic Analysis of Law. New York, Wolters Kluwer Law & Business, 8th edition, 2011, Chapter 17: Taxation pp. 653-683.

Utilização da tributação como regulação econômica no Brasil

Bibliografia obrigatória:

LUKIC, Melina de Souza Rocha. Reforma Tributária no Brasil: Ideias, Interesses e Instituições. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2014.

Tributos interventivos - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico

Tributos interventivos na importação e exportação

Tributação e concorrência

O imposto de renda como instrumento de regulação econômica

Regulação da política industrial por meio da tributação

Bibliografia obrigatória:

Acórdão TCU – 020.911/2013-0.

Regulação do mercado financeiro pela tributação

Bibliografia obrigatória:

ADI 4002 e 4004.

O fomento por meio da tributação – análise de benefícios fiscais

Tributação ambiental

Fechamento da disciplina

BOTALLO, Eduardo Domingos. IPI: princípios e estrutura. São Paulo: Dialética, 2009.

_____. Fundamentos do IPI (Imposto sobre produtos industrializados). São Paulo, RT, 2002.

CALIENDO, Paulo. Direito tributário e análise econômica do direito: uma visão crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CARLI, Ana Alice de, COSTA, Leonardo de Andrade, RIBEIRO, Ricardo Lodi. (Org.). Tributação e sustentabilidade ambiental. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, v. 1, p. 177-197.

CARVALHO, Cristiano. A Análise Econômica do Direito Tributário. Direito Tributário. Homenagem a Paulo de Barros Carvalho (São Paulo: Quartier Latin, 2008, Coordenação de Luis Eduardo Schoeuri) e V Congresso Nacional de Estudos Tributários – Direito Tributário, Linguagem e Método (São Paulo: Noeses, 2008, Coordenação de Eurico Marcos Diniz de Santi).

ELALI, André. Tributação e Regulação Econômica. São Paulo: MP Editora, 2007.

FOLMANN, Melissa; GONÇALVES, Oksandro Osdival. (Org.). Tributação, Concorrência e Desenvolvimento. 1ed. Curitiba: Juruá, 2013, v. 1, p. 221-235.

GAMA, Tácio Lacerda. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. São Paulo: Quartier Latin, 2003.

GOUVÊA, Marcus de Freitas. A extrafiscalidade no direito tributário. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

GRAU, Eros Roberto. Elementos de direito econômico. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.

_____. A ordem econômica na Constituição de 1988. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

HILU NETO, Miguel. Imposto Sobre Importações e Imposto Sobre Exportações. São Paulo, Quartier Latin, 2002.

KAPLOW, Louis. The Theory of Taxation and Public Economics. Princeton University Press, 2011.

LUKIC, Melina de Souza Rocha. Tributação e Desenvolvimento Sustentável no Brasil: possibilidades, instrumentos e limites. In: Carina Costa de Oliveira; Rômulo Sampaio. (Org.). Instrumentos Jurídicos para a Implementação do Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: FGV, Direito Rio, 2012, p. 99-114.

LUKIC, Melina de Souza Rocha. A Incidência do ICMS sobre a Energia Elétrica: Entre Interesse dos Estados, Desenvolvimento Econômico e Garantias do Contribuinte Consumidor. In: Folmann, Melissa; Gonçalves, Oksandro Osdival. (Org.). Tributação, Concorrência e Desenvolvimento. 1ed. Curitiba: Juruá, 2013, v. 1, p. 221-235.

LUKIC, Melina de Souza Rocha. Reforma Tributária no Brasil: Ideias, Interesses e Instituições. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2014.

LUKIC, Melina Rocha. Instrumentos Tributários para a Sustentabilidade: uma análise comparativa da destinação do ICMS pelos estados segundo critérios ambientais. In: CARLI, Ana Alice de, COSTA, Leonardo de Andrade, RIBEIRO, Ricardo Lodi. (Org.). Tributação e sustentabilidade ambiental. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, v. 1, p. 177-197.

MOSQUERA, Roberto Quiroga. Direito Monetário e Tributação da Moeda. São Paulo: Dialética, 2005.

_____. Tributação do Mercado Financeiro e de Capitais.

OECD Tax Policy Studies. Fundamental Reform of Personal Income Tax nº. 13, Chater 4 - Types of Personal Income Tax Systems.

POSNER, Richard A. Taxation by Regulation. The Bell Journal of Economics and Management Science, Vol. 2, Nº. 1 (Spring, 1971), pp. 22-50.

POSNER, Richard A. Economic Analysis of Law. New York, Wolters Kluwer Law & Business, 8th edition, 2011, Chapter 17: Taxation pp. 653-683.

RIBEIRO, Marcia Carla Pereira, ROCHA JR., Weimar Freire da Rocha. Concorrência e Tributação no Setor de Bebidas Frias. Belo Horizonte: Ed. Fórum. 2011.

SALANIÉ, Bernard. The Economics of Taxation. MIT Press, 2011.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Normas tributárias indutoras e intervenção econômica. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

TROIANELLI, Gabriel Lacerda. Incentivos Setoriais e Crédito-Prêmio de IPI. Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2002.

VIEIRA, José Roberto. A Regra-Matriz de Incidência do IPI: Texto e Contexto. Curitiba, Juruá, 1993.